1. R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) pela remessa intempestiva das Prestações de Contas quadrimestrais, com fundamento §1º, do Art. 284, do RI/TCM-PA;
 2. R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais) correspondente a 30% dos vencimentos anuais, pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal, nos termos do §1º, Do Art. 5º, da Lei Federal nº 10.028/2000;
 3. R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) pelas contas julgadas irregulares, com fundamento no Art. 282, I, "a", do RI/TCM-PA;
- III. Envio de cópia dos autos ao Ministério Público do Estado para as providências cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 28.921, DE 14/04/2016

Processo nº 1402022013-00

Origem: Fundo Municipal de Saúde de Placas

Assunto: Prestação de Contas de 2013

Responsável: Elzeni Teixeira Pires

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

EMENTA: Prestação de Contas. FMS de Placas. Exercício de 2013. Pela não aprovação das contas. Multas. Cópia dos autos ao MPE. ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 295 a 303 dos autos.

Decisão: I - Negar aprovação às contas do Fundo Municipal de Saúde de Placas, exercício de 2013, de responsabilidade da Sra. Elzeni Teixeira Pires, em razão da realização de despesas no montante de R\$-573.617,63 (quinhentos e setenta e três mil, seiscentos e dezessete reais e sessenta e três centavos), sem licitação, com base no Decreto de Emergência editado em desacordo com as normas legais;

II - Determinar que a Ordenadora de Despesas recolha ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, as seguintes multas:

- R\$-1.000,00 (hum mil reais), pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas e descumprimento do Art. 50, II, da LC 101/00;

- R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pela ausência de processos licitatórios;

III - Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 28.924, DE 14/04/2016

Processo nº 154762010-00 (201103837-00)

Origem: Fundo Municipal de Saúde de Benevides

Assunto: Prestação de Contas de 2010

Responsável: Edimauro Ramos de Faria

Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre da Cunha Pessoa

EMENTA: Prestação de Contas. FMS de Benevides. Exercício de 2010. Pela irregularidade das contas. Recolhimento. Cópia dos autos ao MPE. Dar ciência desta decisão ao Espólio. ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 230 a 232 dos autos.

Decisão: I - Julgar irregulares as contas do Fundo Municipal de Saúde de Benevides, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. Edimauro Ramos de Faria, com fundamento no Art. 32, III, da Lei Complementar nº 84/2012, sem prejuízo do seguinte recolhimento:

- Aos cofres municipais o montante de R\$-2.422.050,17 (dois milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, cinquenta reais e dezessete centavos), corrigidos monetariamente, em razão da conta Agente Ordenador;

II - Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis;

III - Determinar que seja comunicado ao espólio nos termos da decisão desta Corte, em razão de esclarecimento em plenário do falecimento do Ordenador;

ACÓRDÃO Nº 28.932, DE 19/04/2016

Processo nº 200012009-00 (201106174-00)

Origem: Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari

Assunto: Prestação de Contas de Gestão de 2009

Responsável: Jaime da Silva Barbosa

Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre da Cunha Pessoa

EMENTA: Prestação de Contas de Gestão. Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari. Exercício de 2009. Pela irregularidade das contas. Recolhimentos. Multas.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 301 a 305 dos autos.

Decisão: I - Julgar irregulares as contas de gestão da Prefeitura

Municipal de Cachoeira do Arari, exercício de 2009, de responsabilidade do Sr. Jaime da Silva Barbosa, sem prejuízo das seguintes sanções:

1. Recolhimento:

- R\$-526,74 (quinhentos e vinte e seis reais e setenta e quatro centavos), corrigidos monetariamente, pela contabilização à conta Agente Ordenador, decorrente de divergência no saldo anterior (R\$-237,62) e ausência de comprovação acerca dos lançamentos contábeis no Balanço Financeiro e não evidenciados no sistema e-Contas/TCM-PA (R\$-289,12);

- R\$-42.500,00 (quarenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais), pelo pagamento de diárias aos gestores sem respaldo legal, ausentes a documentação comprobatória (Portaria de viagens, quantitativo, período, destino, motivo ou justificativa para o deslocamento);

2. Multas com fundamento no Art. 57, Inciso I, "b", da Lei Complementar nº 84/2012, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP:

- R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pela ausência de processos licitatórios no montante de R\$-1.591.465,27, vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;

- R\$-3.000,00 (três mil reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas quadrimestral, nos termos do Art. 284, do RITCM/PA, vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;

- R\$-3.001,00 (três mil e um reais), pelas demais falhas (1. Remessa intempestiva da LDO, LOA, Balanço Geral, RREO's (exceto o 2º bimestre); 2. Não envio da norma contendo a opção pela divulgação semestral do RGF; 3. Não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos Servidores (R\$-225.853,08) e apropriação parcial das Obrigações Patronais, pendente os valores de R\$-523.083,84 (IAPSM) e R\$-90.388,49 (INSS), porém com parcelamento da dívida junto aos Órgãos competentes, infringindo o Art. 50, II, da LRF c/c Art. 35, II, da Lei nº 4.320/64), vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia.

ACÓRDÃO Nº 28.942, DE 26/04/2016

Processo nº 1330012010-00

Origem: Prefeitura Municipal de Cachoeira do Piriá

Assunto: Prestação de Contas de Gestão de 2010

Responsável: Albenor Bezerra Pontes

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Cachoeira do Piriá. Exercício de 2010. Pela não aprovação, recolhimento, multa e cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 147 a 151 dos autos.

Decisão: I. Não Aprovação das Contas da Prefeitura Municipal de Cachoeira de Piriá, exercício 2010, de responsabilidade do Sr. Albenor Bezerra Pontes, por estarem irregulares;

II. Recolhimento aos cofres públicos municipais, no prazo de 30 dias, com fundamento no Art. 35, da Lei 84/2012, os seguintes valores, devidamente atualizados:

. R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), pelo pagamento a maior subsídio do Prefeito Municipal, em desacordo com o Ato Fixador;

. R\$ 10.994,71 (dez mil, novecentos e noventa e quatro reais e setenta e um centavos), lançado à Conta Agente Ordenador; Deve, ainda recolher ao Fundo de Reaparelhamento do TCM/PA - FUNREAP, instituído pela Lei 7.368/2009, a título de multa:

. R\$ 3.000,00 (três mil reais), pela remessa intempestiva de Prestação de Contas quadrimestral, PPA, LDO, LOA e Balanço Geral.

. R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pela não comprovação de realização de processos licitatórios regulares para as despesas relacionadas à fl. 104, no total de R\$ 4.359.299,43;

. R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pelo descumprimento do Art. 50, II, da Lei Complementar 101/2000/LRF e do Art. 35, da Lei 4.320/64 ante a não apropriação e recolhimento tempestivo das Obrigações Patronais;

Com fundamento no §1º, do Art. 5º, da Lei 10.028/2000:

. R\$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais), que corresponde a 30% da remuneração recebida no exercício, pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária.

III. Envio de cópia dos autos ao Ministério Público do Estado para as medidas que entender cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 28.943, DE 26/04/2016

Processo nº 1330012011-00

Origem: Prefeitura Municipal de Cachoeira do Piriá

Assunto: Prestação de Contas de Gestão de 2011

Responsável: Antenor Fonseca de Oliveira Filho

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Cachoeira do Piriá. Exercício de 2011. Pela não aprovação, recolhimento, multa e cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 193 a 197 dos autos.

Decisão: I. Não Aprovação das Contas da Prefeitura Municipal de Cachoeira de Piriá, exercício 2011, de responsabilidade do Sr. Antenor Fonseca de Oliveira Filho;

II. Recolhimento aos cofres públicos municipais, no prazo de 30 dias, com fundamento no Art. 35, da Lei 84/2012, o valor de R\$ 17.573,10 (dezesete mil, quinhentos e setenta e três reais e dez centavos), devidamente atualizado, lançado à Conta Agente Ordenador, e, deve, ainda, recolher ao Fundo de Reaparelhamento do TCM/PA - FUNREAP, instituído pela Lei 7.368/2009, a título de multa, pelas contas julgadas irregulares, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com fundamento na Alínea "a", do Inciso I, do Art. 5.7, da Lei 84/2012;

III. Envio de cópia dos autos ao Ministério Público do Estado para as medidas que entender cabíveis.

[PAR A=1;L=0;R=0;F=0;PLR=0;PLS=12 /PAR] **ACÓRDÃO Nº 28.944, DE 26/04/2016**

Processo nº 1230012008-00

Classe: Relatório da Prestação de Contas de Gestão do exercício de 2008.

Procedência: Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Pará

Interessado: Lourival Fernandes Lima

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARÁ. EXERCÍCIO DE 2008. AUSÊNCIA DA LDO, NÃO ENVIO DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS DIGITALIZADOS, DESCUMPRIMENTO DO ATIGO 24, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93. NÃO REMESSA DOS EXTRATOS BANCÁRIOS. CONTAS JULGADAS IRREGULARES. MULTA. ENCAMINHAMENTO DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da prestação de contas do Senhor Lourival Fernandes Lima, ordenador de despesas da Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Pará, no exercício financeiro de 2008, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos da ata da sessão e do relatório e Proposição de Decisão do Conselheiro Substituto, Relator às fls. 146/152, aprovados por unanimidade.

Decisão: Considerar irregulares as contas prestadas, que passam a integrar esta decisão.

Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 28.946, DE 26/04/2016

Processo nº 730022011-00

Origem: Câmara Municipal de Santo Antônio do Tauá

Assunto: Prestação de Contas de 2011

Responsável: Raimundo Nonato Sousa da Silva

Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre da Cunha Pessoa

- (Art. 19, II, da LC nº 84/2012)

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Santo Antônio do Tauá. Exercício de 2011. Pela não aprovação das contas. Recolhimento. Multas. Cópia dos autos ao MPE.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e proposta de decisão do Relator, às fls. 266 a 269 dos autos.

Decisão: I - Negar aprovação às contas da Câmara Municipal de Santo Antônio do Tauá, exercício financeiro de 2011, de responsabilidade do Sr. Raimundo Nonato Sousa da Silva, na forma do Art. 32, III, "c", da LC nº 84/2012, sem prejuízo do recolhimento dos seguintes valores:

1) Aos Cofres Municipais, corrigidos monetariamente, com base no Art. 35, da LC nº 84/2012, o valor de R\$-56.400,00 (cinquenta e seis mil e quatrocentos reais), pelo pagamento irregular das diárias;

2) Multas ao FUMREAP, com fulcro no Art. 57, da LC nº 84/2012: - R\$-3.000,00 (três mil reais), pelo descumprimento do Art. 29-A, Inciso I, da CF, cuja despesa total do legislativo correspondeu a 7,17% dos impostos pertinentes, quando o limite máximo é 7%;